



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 874/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11665/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Sr. Filadelfo Pereira Pacheco, Gestor e Ordenador de despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICERP – Relatório Conclusivo nº 13/2016 (fls. 707/737).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5638/2016–MPC–EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 738/745).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM. Exercício de 2015.

Contas Irregulares. Alcance. Multa. Prazos. Cobrança Executiva. Recomendações à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- JULGAR IRREGULAR a prestação de contas da Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM, exercício de 2015, sob a responsabilidade do Sr. **Filadelfo Pereira Pacheco**, Gestor e Ordenador de despesas;

9.2- Considerar em ALCANCE o Gestor e Ordenador de Despesas no valor de R\$ **2.116,40** (dois mil cento e dezesseis reais e quarenta centavos) em razão das divergências encontradas entre as folhas de pagamento em mídia e física;

9.3- Considerar em ALCANCE o Gestor e Ordenador de Despesas no valor de R\$ **29.909,90** (vinte e nove mil novecentos e nove reais e noventa centavos) em razão da realização de despesas sem comprovação;

9.4- APLICAR MULTA ao Gestor e Ordenador de Despesas, Sr. **Filadelfo Pereira Pacheco**, no valor de R\$ **8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do Art.308, inciso VI, da Resolução 04/2002-TCE, por atos praticados com graves infrações à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (art. 54, inciso II da Lei nº 2423, de 10.12.1996), em razão das restrições não sanadas, conforme Relatório do órgão técnico;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 874/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres do Estado do valor da multa imposta, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, II, da Lei Estadual nº 2.423/96 e art. 169, I, da Resolução n. 04/02-TCE/AM;

9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres do Município dos valores dos Alcances, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, II, da Lei Estadual n. 2.423/96 e art. 169, I, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

9.7- Autorizar desde já a inscrição do débito na **Dívida Ativa** e instauração da **Cobrança Executiva**, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.8- Recomendar a origem, que:

a) O FUMPREVIM-MANACAPURU adote a medidas cabíveis para realização de concurso público para provimento de cargos da entidade em consonância com os ditames da Constituição Federal (art. 37, caput, da CF/88);

b) O FUMPREVIM-MANACAPURU suspenda o pagamento das Gratificações de Dedicação Exclusiva em favor das servidoras ADRIANA BARRETO DA SILVA e ANGELA LUCIA FALCÃO DE OLIVEIRA, em virtude de ausência de respaldo legal;

c) O FUMPREVIM-MANACAPURU adote medidas necessárias para implantar sistema de controle de Almoxarifado capaz de garantir um registro contínuo e permanente de controle de entrada e saída dos objetos, em cumprimento com o Princípio da eficiência (Art. 37 da CF/88) e arts. 94, 95, 96 da lei 4.320/64;

d) O FUMPREVIM-MANACAPURU adote medidas necessárias para o fiel cumprimento da Lei 9.717/1998;

e) O FUMPREVIM-MANACAPURU providencie o encaminhamento de documento/relatório analítico referente ao lançamento registrado na rubrica “Outros Resultados” no Patrimônio Líquido/Balanço Patrimonial, quando do encaminhamento da Prestação de Contas do próximo exercício financeiro;

f) O FUMPREVIM-MANACAPURU adote medidas necessárias para atender aos procedimentos contidos no MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, especificamente Volume I - Procedimentos Contábeis Orçamentários;

g) O FUMPREVIM-MANACAPURU adote as medidas necessárias para regularizar o registro contábil dos valores pendentes de repasse ao fundo, que deveriam estar registrados no Balanço Patrimonial, no agrupamento de Ativos Circulantes;

h) Informe a atual gestão do Órgão que o eventual descumprimento das recomendações acima relacionadas, ensejará a irregularidade de prestações de contas futuras, nos termos do artigo 22, §1º, da Lei nº 2.423/96;

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS
Proc. Nº _____
Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 874/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Outubro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral